



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
GABINETE DO REITOR**



PLANO DE ACESSIBILIDADE



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Péricles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Planejamento:

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Darlan Cristiano Kroth

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de Campus: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenador Acadêmico: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de Campus: Bruno Munchen Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de Campus: Luis Fernando Santos Correa da Silva

Coordenador Administrativo: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenador Acadêmico: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
GABINETE DO REITOR**



Diretor de Campus: Martinho Machado Júnior
Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim
Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de Campi: Marco Antonio Beal
Coordenador Administrativo: Edineia Paula Sartori Seermitz
Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo

Dirigentes de Passo Fundo (SC)

Diretor de Campus: Julio Cezar Stobbe
Coordenador Administrativo: Laura Spaniol Martinelli
Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE ACESSIBILIDADE

PROGRAD

João Alfredo Braida

Lucélia Peron

SEO

Rodrigo Emmer – Secretário Especial de Obras

Fabio Corrêa Gasparetto – Diretor de Projetos

Elaboração e acompanhamento

Adriana Freitag Migott – Arquiteta e Urbanista



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE DA UFFS.....	8
2.1 Acessibilidade Pedagógica.....	9
2.2 Acessibilidade Comunicacional.....	11
2.3 Acessibilidade Atitudinal.....	11
3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	12
3.1 Rotas Acessíveis.....	12
3.1.1 Rotas de Fuga.....	17
3.2 Acessibilidade dos diversos ambientes.....	19
3.3 Aspectos da atualidade e planejamento futuro.....	35
4 BARREIRAS ENFRENTADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE.....	37
5 MELHORIAS VISLUMBRADAS PELA UFFS NESTE CONTEXTO.....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
7 REFERÊNCIAS.....	40



APRESENTAÇÃO

A Garantia de Acessibilidade representa o compromisso social da UFFS com a comunidade acadêmica. Assim, melhorar e/ou eliminar as barreiras para o acesso, a permanência, a locomoção e a vivência na universidade, dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é um compromisso que a Instituição tem assumido para assegurar os direitos deste público.

Diante disso, este Plano Institucional de Acessibilidade apresenta as condições de Acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal presentes na UFFS e objetiva oferecer subsídios para avaliar o processo de recredenciamento da Instituição perante o Ministério da Educação.

Quanto à estrutura, o documento apresenta, inicialmente, uma breve introdução sobre a educação especial no Brasil, bem como suas políticas. Logo após, no item 2, são apresentadas as políticas de acessibilidade da UFFS e os caminhos percorridos pela Instituição até o plano atual. Esse item está subdividido em três tópicos que visam compreender os principais pontos da acessibilidade.

No item 3 estão descritos os planos relativos à acessibilidade dos espaços físicos que englobam a totalidade dos espaços da Instituição. Desse modo, nesse item apresentam-se, divididos em três subitens, as rotas acessíveis e de fuga.

Mais adiante, no item 4, podemos vislumbrar o relato sobre algumas barreiras enfrentadas na implantação dos mecanismos de acessibilidade na universidade. Além disso, também, é relatado no item 5 algumas melhorias que esse processo trouxe e que ainda poderá trazer.

O plano encerra com algumas considerações finais em que se destacam todas as ações desenvolvidas que objetivam minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicais, pedagógicas e atitudinais de acessibilidade. Todos os documentos e textos utilizados na produção desse Plano constam no item 7.



1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira possui um acúmulo de lutas e conquistas sociais que tem contribuído para enfrentar as desigualdades e o processo de exclusão. No campo da educação, muitas dessas conquistas estão materializadas nos textos constitucionais – Constituição Federal e LDB – e em outros documentos legais, bem como políticas públicas.

Quanto à educação superior, temos observado muitos avanços nos últimos anos e, um desses avanços é o reconhecimento de que todas as pessoas têm o direito à educação. Esse fato incentiva as instituições de educação superior a criar condições para que todos, independentemente das suas diferenças, efetivem seu direito à educação. Nessa perspectiva, temos a proposta de implementar uma educação inclusiva que busca transformar a educação dos séculos XX e XXI e se apresenta como um desafio às políticas e instituições educacionais, pois ela requer um certo afastamento da forma padronizada de ensino. Neste sentido, implementar um sistema educacional inclusivo carece da superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema de ensino, pois necessita proporcionar recursos humanos, pedagógicos e físicos aptos para receber e trabalhar com as diferenças.

A inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no sistema regular de ensino, tem sido uma prática defendida mundialmente. Dessa forma, é proposto que a sociedade e os sistemas de ensino adaptem-se para atender as necessidades/especificidades desse público.

No Brasil, a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, tem dentre seus objetivos, assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educacionais. É possível compreender a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva como um avanço, porque em vez de focar a deficiência/limitações, ela busca recursos e apoios pedagógicos para desenvolver as potencialidades destes estudantes para que tenham sucesso na aprendizagem. Na Política Nacional de Educação Especial (2008), a educação inclusiva é entendida como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Objetiva, também, assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares; garantir o acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e



continuidade nos níveis mais elevados do ensino; promover a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior [...]. (BRASIL/MEC/SEESP, 2008).

Recentemente, foi aprovada Lei n.º 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura os direitos da pessoa com deficiência visando a inclusão social e cidadã. Em relação a educação, em seu artigo 27, defende que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Diante dessa perspectiva, a UFFS tem buscado fortalecer e potencializar o processo de inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na Instituição. Para isso, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes na universidade. Então, para melhor compreender as ações que são desenvolvidas na UFFS, elaboramos este documento que se organiza em diversas seções, sendo que a próxima tem como intenção apresentar a Política Institucional relacionada ao tema.



2. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE DA UFFS

Nos princípios norteadores do Projeto Pedagógico Institucional, a Universidade Federal da Fronteira Sul propõe-se a ser uma universidade pública, popular, democrática e autônoma, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços para a participação de diferentes sujeitos sociais; que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais, garantindo condições de acesso e permanência no Ensino Superior. Para alcançar tal proposição, não basta democratizar o acesso à Educação Superior a um público historicamente excluído, pois é necessário superar as fragilidades e vulnerabilidades a que este público está/esteve submetido, de forma a garantir sua permanência e a aprendizagem na Educação Superior.

Esse contexto levou a UFFS a delinear sua Política de Acessibilidade, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na Instituição dos estudantes e servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esta política busca assegurar as condições necessárias para a participação e a autonomia desses sujeitos em todos os ambientes acadêmicos, por meio da eliminação de barreiras físicas, atitudinais, de comunicação e de informação. (Resolução Nº 4/2015 –CONSUNI/CGRAD).

As reflexões em torno desta política se iniciaram no ano de 2011, quando a UFFS recebeu os primeiros estudantes com deficiência, sendo duas estudantes surdas e uma cega. Naquele ano foi instituída uma comissão com a responsabilidade de implementar o Núcleo de Acessibilidade da UFFS e ofertar os primeiros cursos de capacitação aos servidores, para melhor atender à pessoa com deficiência. Desde o início, a equipe responsável para pensar e elaborar esta política teve como horizonte propor e instituir programas e projetos que pudessem, ao longo do tempo, se consolidar e construir uma Universidade acessível, tanto nos recursos materiais quanto nos recursos humanos. Neste sentido, cada ação é elaborada visando fortalecer a presença e a identidade desses estudantes e servidores.

O que se apresenta aqui são os primeiros passos para a solidificação de estratégias junto à comunidade acadêmica para a sensibilização de questões que compreendem o respeito e o reconhecimento das diferenças. Imagina-se que por meio desta política o cotidiano acadêmico poderá ser modificado, construindo, na Instituição, práticas permanentes que promovam condições para o ingresso, a permanência e a formação integral do estudante, público-alvo da Educação Especial.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem o Núcleo de Acessibilidade que é formado pelos



Setores de Acessibilidade dos *campi*. Este setor tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição que têm como objetivo promover a acessibilidade física, pedagógica, atitudinal, de comunicação e informação.

2.1 – Acessibilidade Pedagógica

Para garantir a Acessibilidade Pedagógica, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Constituição de Comissão para discutir, elaborar e implementar o regulamento interno do Núcleo de Acessibilidade da UFFS;
- Implantação do Núcleo de Acessibilidade da UFFS;
- Implantação dos Setores de Acessibilidade dos *campi*;
- Composição da equipe para atuar nos Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Criação e gerenciamento de um canal de comunicação (e-mail) com a comunidade acadêmica para tratar de questões relativas à acessibilidade;- Elaboração de Ficha Cadastral para ser preenchida pelo estudante ingressante;
- Realização de levantamento para identificar os estudantes ingressantes;
- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação em que existam estudantes com surdez matriculados). Além de fazer a tradução e a interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e em pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha os acadêmicos surdos em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha os acadêmicos em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio;



em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille e em alto-relevo para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de *notebooks* com programas leitores de tela e gravadores de voz para estudantes com deficiência visual;
- Oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE;
- Disponibilização de apoio acadêmico para os estudantes;
- Mediação pedagógica com orientações de métodos e estratégias de estudo;
- Organização de rotina de estudo;
- Adaptação curricular do plano de ensino com alternativas, metodologias e recursos diferenciados para o ensino de estudantes com deficiência;
- Adequação dos materiais didáticos e pedagógicos, dos mobiliários e equipamentos, objetivos, conteúdos, de métodos e didática, das avaliações, de tempo;
- Oferta de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciaturas e optativo nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuarem nos Setores de Acessibilidade;
- Oferta de material didático acessível – Kit Multiplano para Matemática e Estatística;
- Disponibilização de *scanners* com voz nas bibliotecas;
- Disponibilização de cadeiras de rodas para uso público/coletivo nos espaços da UFFS;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Acompanhamento e orientação aos estudantes para realizar acesso ao sistema moodle, portal do aluno, rematricula, carteirinha do restaurante universitário e biblioteca, encaminhamento de auxílios financeiros;



2.2 Acessibilidade Comunicacional

Para garantir a Acessibilidade Comunicacional, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Disponibilização do Site da UFFS em formato acessível;
- Tornar acessível os sistemas institucionais – Acadêmico e de Certificação;
- Disponibilização de Tradutor e Intérprete de LIBRAS em sala e nos eventos institucionais;
- Realização de audiodescrição nas aulas e eventos;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva;
- Instalação de mapa tátil (em andamento);
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades, setores e salas (em andamento);

2.3 Acessibilidade Atitudinal

Para garantir a Acessibilidade Atitudinal, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização de contato com o estudante ingressante e familiares para saber sobre suas necessidades e demandas;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando facilitar a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais;
- Realização de palestras, Seminários e campanhas de sensibilização para a comunidade acadêmica;
- Conscientização da comunidade acadêmica por meio de matérias publicadas no informativo semanal, cartazes nos *Campi*;
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática;
- Participação institucional no Conselho Municipal da pessoa com deficiência;
- Reserva de vagas para pessoa com deficiência nos concursos públicos;
- Desenvolver ações para que os estudantes com deficiência identifiquem-se como parte atuante no ambiente universitário e que esta experiência seja significativa, de qualidade e prazerosa.

3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A Universidade Federal da Fronteira Sul entende que a eliminação de barreiras físicas é estratégia fundamental para proporcionar a utilização dos espaços de maneira autônoma, independente



e segura à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. Para isso, desde o início de suas atividades em 2010, o corpo técnico da Secretaria Especial de Obras da instituição vem observando os parâmetros técnicos que consideram as diversas condições de mobilidade, inicialmente atendendo aos critérios da Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050:2004, renovada e atualizada em sua nova versão NBR 9050:2015.

A sede da Reitoria da UFFS está localizada na região central da cidade de Chapecó-SC, em edificação locada, dotada de adaptações de acessibilidade. Além deste espaço, a UFFS possui outros seis *Campi*, localizados em sedes próprias nas cidades de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo (Rio Grande do Sul), Realeza e Laranjeiras do Sul (Paraná) e Chapecó (localizado na área rural). Existe ainda uma sede própria na região central do município de Cerro Largo – RS, que também abriga atividades relacionadas ao *Campus*. Desta maneira, as características apresentadas a seguir, assim como os planos futuros relativos à acessibilidade dos espaços físicos, englobam a totalidade dos espaços da instituição.

3.1 Rotas Acessíveis

As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso da comunidade universitária são servidas por uma ou mais rotas acessíveis. A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas.

As rotas acessíveis externas garantem que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida possa se deslocar com autonomia a qualquer edificação ou espaço, independentemente da forma de acesso. Chegando a partir dos pontos de transporte coletivo, a estrutura é composta por abrigos de passageiros, com indicação tátil no piso e outros equipamentos como faixas de travessias de pedestres, rampas e escadas, estando estes elementos de circulação dispostos conforme a necessidade própria de cada local.

A Figura 01 ilustra uma das rotas acessíveis do *Campus* Chapecó a partir das paradas de ônibus, interligando este acesso aos Blocos A, B e Biblioteca Central. Esta rota é composta por passeios com inclinação de até 4,9%, pisos táteis, iluminação adequada e faixa elevada para travessias de pedestres. Esta situação é idêntica nos demais *campi*, sempre adaptada às características locais de cada terre-



no. Os pisos táteis no entorno dos abrigos de ônibus estão de acordo com a NBR 16537/16, conforme ilustra a Figura 02.



Figura 01 – Rota acessível a partir dos abrigos de ônibus no *Campus* Chapecó



Figura 02 – Piso tátil nos abrigos de ônibus no *Campus* Chapecó

Da mesma maneira, os estacionamentos são dotados de vagas reservadas para pessoas com deficiência (2% do total, conforme Lei Federal 10.098 de 19/12/2000) e para idosos (5% do total confor-



me Lei Federal 10.741, de 1/10/2003), conforme NBR 9050/2015 e Resoluções 236, 303 e 304 do Contran, sendo que todas as vagas se comunicam aos prédios através de rotas acessíveis. Na Figura 03 estão ilustradas algumas das vagas reservadas, com as devidas identificações de piso e placas.



Figura 03 – Vagas reservadas PcD em estacionamento no *Campus* Chapecó

As rampas e escadas que interligam rotas com inclinação maior ou igual a 5% estão construídas atendendo aos parâmetros da NBR9050/2015, dotadas de guarda-corpo quando delimitadas lateralmente por desnível superior a 60 cm, com guias de balizamento, inclinações máximas de até 8,33%, de acordo com o desnível e patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m ou com largura igual à rampa em caso de mudança de direção, conforme ilustrado nas Figura 04, 05 e 06.





Figura 04 – Conjunto escada e rampa no *Campus Laranjeiras do Sul*



Figura 05 – Conjunto escada e rampa no *Campus Passo Fundo*



Figura 06 – Conjunto escada e rampa no *Campus Passo Fundo*



As entradas das edificações são acessíveis, livres de degraus e sinalizadas com pavimentação tátil, bem como estão interligadas às rotas acessíveis externas e, também, às principais funções internas dos edifícios. A Figura 07 ilustra uma das portas de acesso ao Bloco A do *Campus* Passo Fundo.



Figura 07 – Porta de acesso ao Bloco A do *Campus* Passo Fundo

As rotas acessíveis internas das edificações também são sinalizadas pelo uso de pisos táteis, corrimãos, mapas táteis e demais elementos correlatos, como mostra a Figura 08.

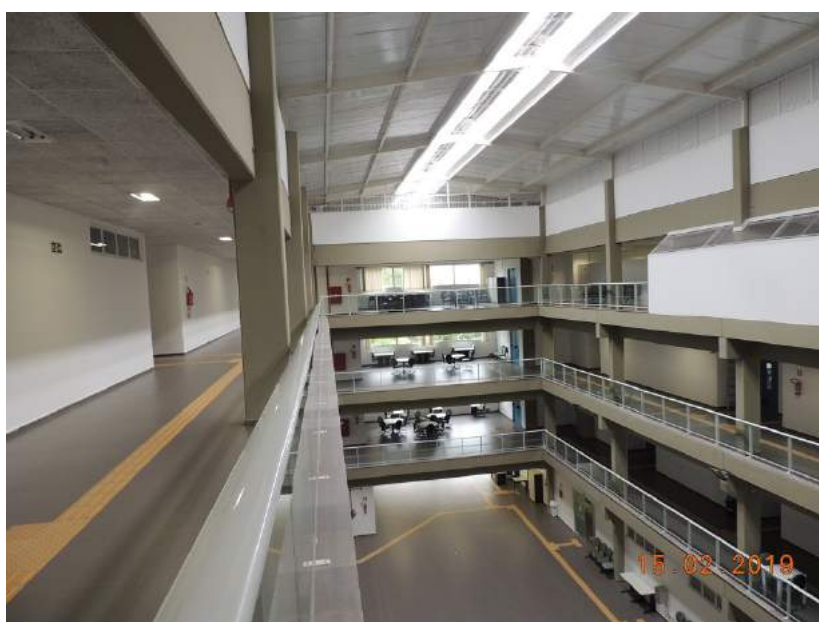




Figura 08– Rotas acessíveis internas no Bloco A do *Campus* Passo Fundo

Algumas barreiras restam a ser vencidas para adequação total das rotas acessíveis decorrentes, em grande parte, da própria atualização de normas vigentes. É o caso da NBR 16537 “Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação”, que alterou e incluiu novos parâmetros em relação às normativas anteriores. Além disso, nem todos os degraus de escadas contam com identificação fotoluminescente ou etiquetas em braille nos corrimãos, ações que vem sendo incluídas integralmente nas novas obras e paulatinamente nas manutenções e reformas executadas em períodos anteriores.

3.1.1 Rotas de Fuga

Uma rota de fuga é o trajeto a ser seguido pelo indivíduo em caso de necessidade urgente de evacuação do local. Nos espaços da UFFS, as rotas de fuga coincidem com rotas acessíveis, atendendo ao disposto na NBR 9077 e outras regulamentações locais, como a do Corpo de Bombeiros. As portas de corredores, acessos, escadas de emergência e descargas integrantes de rota de fuga são dotadas de barras antipânico, conforme NBR 11785 e de toda sinalização correlata, ilustradas na Figura 09.



Figura 09– Portas com barra anti-pânico no Bloco B do *Campus* Erechim

A partir do ano de 2019, sempre que as rotas de fuga incorporam escadas de emergência, os projetos das novas edificações da UFFS especificam áreas de resgate com espaço demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeiras de rodas, dimensionadas adequadamente. Estas áreas de resga-



te estão localizadas fora do fluxo principal de circulação garantindo área mínima de circulação e manobra para rotação de 180° e são providas de dispositivo de emergência com alarme visual e sonoro, conforme ilustrado na Figura 10, referente ao projeto arquitetônico do Bloco C do *Campus Chapecó*, obra que encontra-se em execução. Como esta medida não vinha sendo adotada nos anos anteriores, em atendimento à NBR 9050/ 2015, nas edificações existentes em que seja impraticável a previsão da área de resgate, é definido um plano de fuga no qual constam os procedimentos de resgate para as pessoas com os diferentes tipos de deficiência.

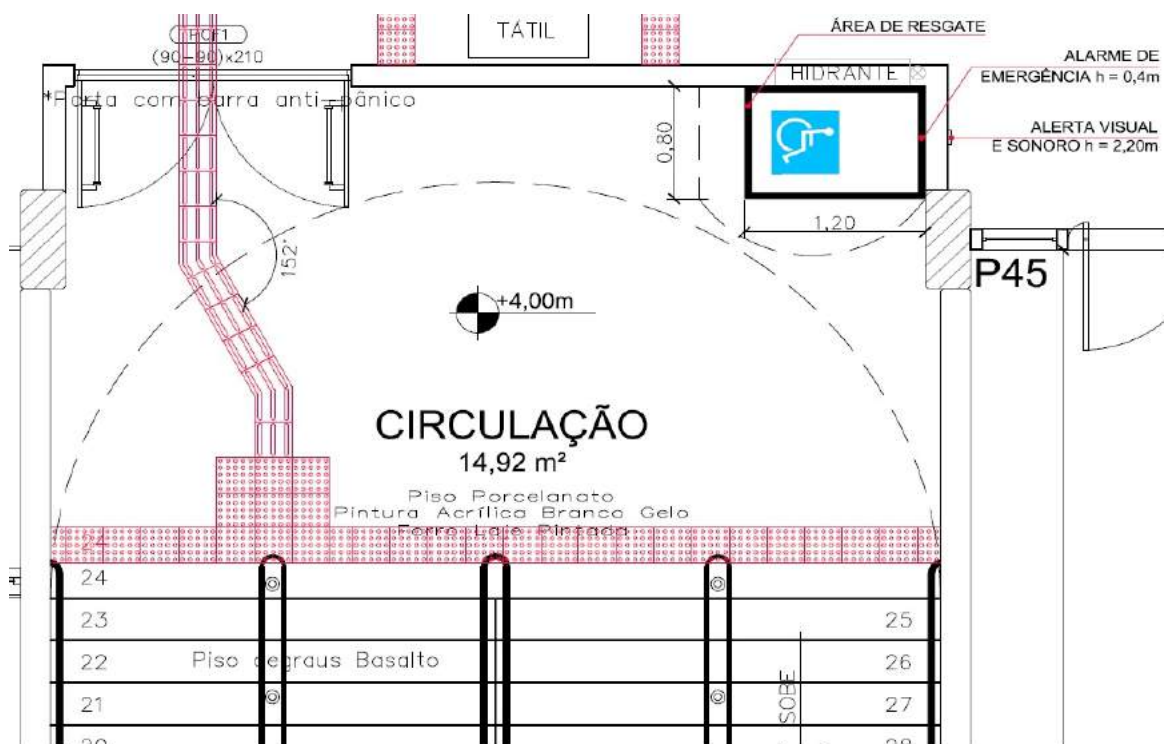


Figura 10– Área de resgate devidamente prevista em projeto do Bloco C do Campus Chapecó

3.2 Acessibilidade dos diversos ambientes

Todos os ambientes da UFFS são planejados para serem acessíveis. Nos espaços onde essa condição ainda não está atendida integralmente, a Secretaria Especial de Obras tem planejamento específico para cada situação, conforme descrição relatada a seguir.



Os restaurantes universitários estão presentes em todos os *campi* da UFFS, exceto em Passo Fundo. Nos locais onde estão presentes, tratam-se de edificações idênticas, com todas as adaptações necessárias para a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência. Já na entrada, ao lado da catraca comum para acesso à área de refeições, todos disponibilizam de catraca adaptada para a passagem de cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida (Figura 11). Há corrimãos e guarda-corpos nas edificações, além de sinalização tátil de piso. Além disso, em 5% das mesas não estão presentes as longarinas de bancos, permitindo área livre acessível aos cadeirantes dentro dos parâmetros da NBR 9050 (Figura 12).



Figura 11– Catracas de acesso ao Restaurante Universitário do *Campus Realeza*





Figura 12– Área de refeições do Restaurante Universitário do *Campus Realeza*

Todas as edificações da UFFS dispõem de, pelo menos, um banheiro acessível, estando seus equipamentos e acessórios disponíveis de maneira que possam ser utilizados por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A situação mais comum, no entanto, é a existência de um conjunto de instalações, sendo uma exclusiva PcD feminina e outra masculina, aliada a duas instalações de uso coletivo, masculino e feminino. Nestas instalações, são atendidos os parâmetros referentes a dimensões, equipamentos (louças e metais adequados), barras de apoio, comunicação visual/ sonora de emergência, espelhos e demais acessórios, conforme ilustram as Figuras 13,14 e 15.



Figura 13– Porta de uma das instalações sanitárias de uso exclusivo PcD no *Campus Passo Fundo*





Figura 14– Imagem do interior de uma instalação sanitária de uso exclusivo PcD no *Campus* Passo Fundo



Figura 15– Imagem do interior de uma instalação sanitária de uso coletivo no *Campus* Passo Fundo

Ao longo dos 10 anos de construção da Instituição, algumas falhas foram cometidas em relação à acessibilidade e vêm sendo paulatinamente consertadas ou estão dentro de um planejamento futuro para que isto aconteça. É o caso de bacias sanitárias com abertura frontal (Figura 16), produto destinado a uso hospitalar e erroneamente instalado nos sanitários reservados ao uso de pessoas com deficiência nos Blocos de Salas dos Professores de todos os *campi*. Isto também aconteceu com bancadas de lavatórios em sanitários coletivos, onde não se respeitou a oferta de ao menos uma instalação em altura adequada ao uso de pessoa com mobilidade reduzida (Figura 17). Além disso, as legislações foram sendo revistas e atualizadas, o que acarreta instalação de modelos atualmente considerados defasados em barras de apoio nos sanitários, por exemplo. A atitude da Secretaria, neste sentido, consiste em executar as novas obras totalmente adaptadas às normas vigentes e corrigir erros de obras passadas, conforme outras obras de manutenção forem sendo executadas nestas edificações com problemas de acessibilidade já identificados.





Figura 16– Bacia sanitária com abertura frontal erroneamente instalada no *Campus* Erechim



Figura 17– Bancada de lavatórios sem unidade rebaixada no *Campus* Erechim

Os corredores de circulação entre ambientes, assim como os espaçamentos internos entre marcenaria fixa e outros itens de mobiliário e equipamentos atendem aos parâmetros preconizados pela NBR 9050 e estão devidamente sinalizados com corrimãos ou sinalização tátil de piso e mapas táteis (Figuras 18,19, 20 e 21). As salas de aula, bibliotecas, ambientes administrativos e auditórios possuem espaços reservados para pessoas em cadeiras de rodas, obesas e mobilidade reduzida. Recentemente, os novos projetos passaram a reservar espaços destinados a pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive, a acompanhante e cão-guia, além de espaço para intérprete de libras no palco, como pode ser visualizado no projeto do auditório do Bloco C do *Campus* Chapecó (Figura 22).



Figura 18– Corredor de circulação no Bloco A do *Campus* Cerro Largo



Figura 19 – Circulação de acesso aos elevadores no Bloco A do *Campus* Cerro Largo



Figura 20 – Mapa tátil no acesso aos Laboratórios Didáticos do *Campus* Cerro Largo



Figura 21 – Vista de salas dos Laboratórios Didáticos do *Campus* Laranjeiras do Sul



rio destinado ao ensino, tanto em salas de aula quanto em laboratórios ou ambientes administrativos, há espaços ou mesas reservadas ao uso exclusivo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme ilustração da Figura 25, onde a mesa de acessibilidade tem tampo de dimensões adequadas, largura livre sob o tampo e altura regulável.

Figura 23 – Bebedouros acessíveis na Biblioteca Central do *Campus* Chapecó



Figura 24 – Bancos fixos no entorno dos Laboratórios Didáticos do *Campus* Laranjeiras do Sul





Figura 25 – Mesa acessível nos Laboratórios Didáticos do *Campus* Laranjeiras do Sul

Neste ano de 2019, instituiu-se uma comissão interna de acessibilidade composta por técnicos da Secretaria Especial de Obras e outros membros de todos os *campi*, com o objetivo de melhorar a acessibilidade nos ambientes internos dos edifícios dos Laboratórios Didáticos. Em alguns casos, foram verificadas bancadas instaladas com altura em desacordo com as medidas acessíveis ideais (Figura 26), noutros as cubas de lavagem são profundas demais a ponto de impedirem o acesso da pessoa com cadeira de rodas (Figura 27), há casos em que itens do mobiliário foram dispostos de forma a obstruir larguras mínimas livres de circulação (Figura 28) ou mesmo de equipamentos instalados em alturas ou bancadas que impedem o uso das pessoas com deficiência (Figuras 29 e 30). Todas as situações foram levantadas e o projeto de readequação encontra-se em andamento para que, paulatinamente, todos os laboratórios sejam adaptados a melhor condição.



Figura 26 – Bancada com altura inadequada ao uso PcD nos Laboratórios Didáticos do *Campus* Cerro Largo



Figura 27 – Bancada em altura adequada, mas inacessível pela profundidade da cuba e pela presença do sóculo no piso, nos Laboratórios do Bloco A do *Campus* Passo Fundo





Figura 28 – Capela de análises laboratoriais inacessível pela presença do armário inferior, localizada nos Laboratórios Didáticos do Bloco A do *Campus* Realeza



Figura 29 – Mobiliário interferindo na circulação nos Laboratórios Didáticos do *Campus* Realeza



Figura 30 – Mobiliário interferindo na circulação nos Laboratórios Didáticos do *Campus* Laranjeiras do Sul



Desde 2010, a Instituição tem adotado diferentes formas de comunicação e sinalização (permanente, direcional, de emergência e/ou temporária) para atendimento às diversas necessidades de seu público. É o caso da sinalização tátil de piso, da presença dos mapas táteis e dos alarmes de emergência visuais e sonoros nas instalações sanitárias PcD. No entanto, identificamos esta área como sendo a mais sensível da Acessibilidade na UFFS atualmente. Para isso, está em desenvolvimento o Plano de Sinalização Visual e Tátil, definindo modelos específicos e adequados para cada situação. Uma das carências é a presença do símbolo internacional de acesso às pessoas com mobilidade reduzida, com deficiência visual e com deficiência auditiva, que deverá ser instalado nas portas de acesso às edificações, conforme ilustrado na Figura 31, que traz o projeto para o Bloco C do *Campus* Chapecó, obra que encontra-se em execução.

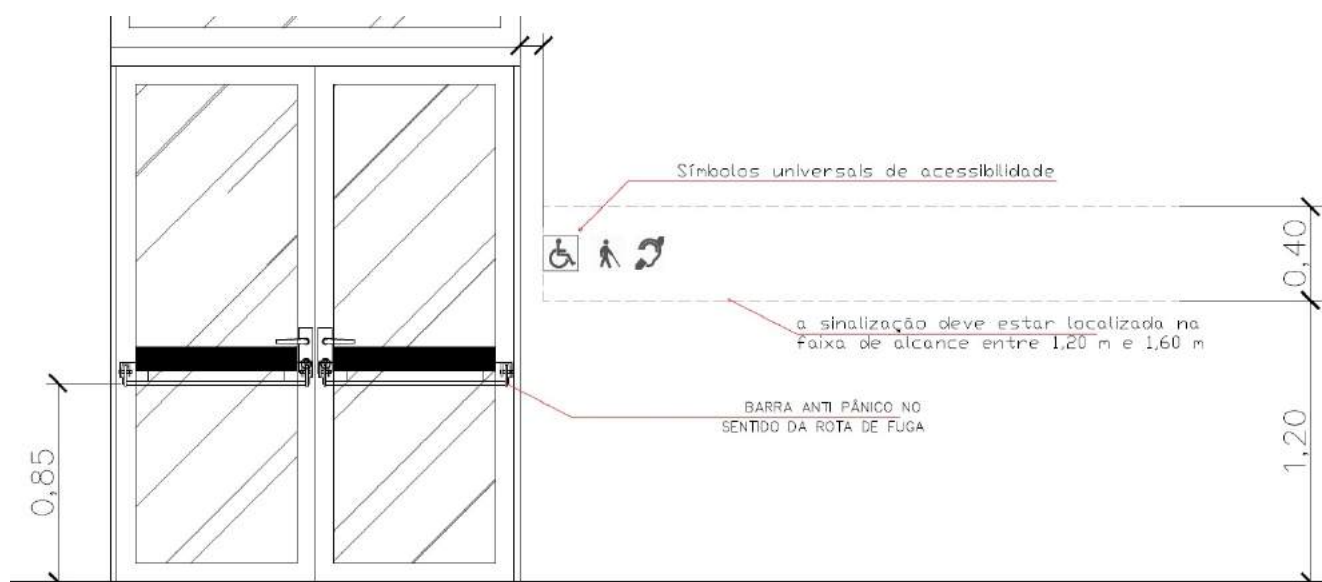


Figura 31 – Projeto de aplicação dos símbolos universais do Bloco C do *Campus* Chapecó

Outros modelos de placas estão contemplados neste Plano, como é o caso das placas com identificação visual em relevo e identificação em *Braille* com a numeração e identificação de uso de cada ambiente (Figura 32), das placas de sanitários coletivos (Figura 33), de sanitários PcD (Figura 34), de escadas (Figura 35) e elevadores (Figura 36). A execução deste serviço aguarda a finalização do projeto e orçamento, para posterior encaminhamento aos trâmites de aquisição.

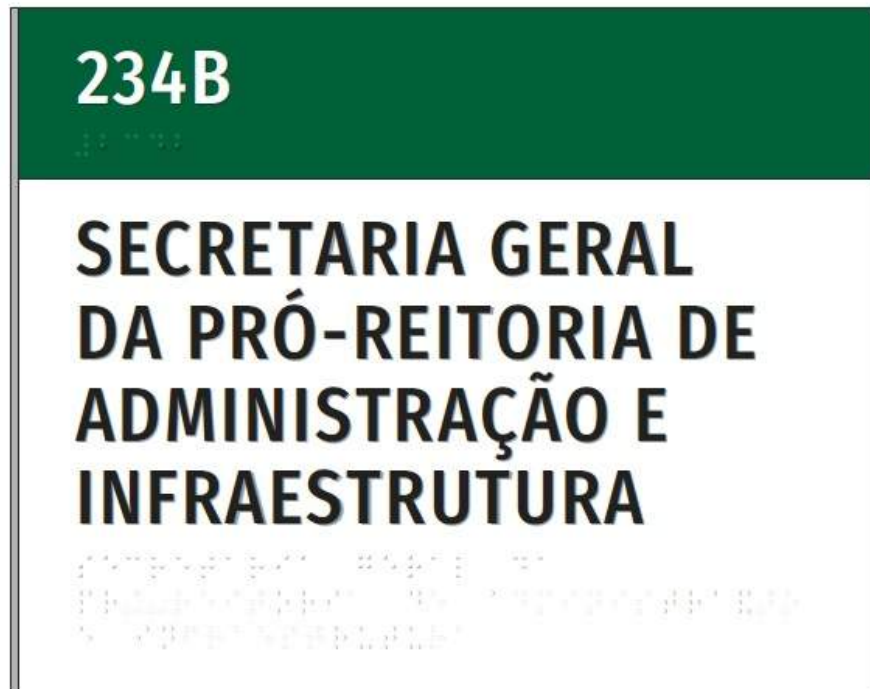


Figura 32 – Modelo de placa de sinalização visual em relevo e *Braille* para identificação de ambientes

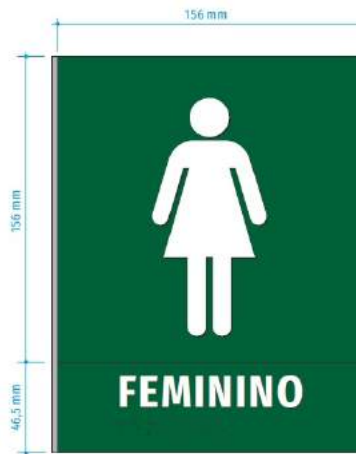


Figura 33 – Modelo de placa de sinalização visual em relevo e *Braille* para identificação de sanitários coletivos

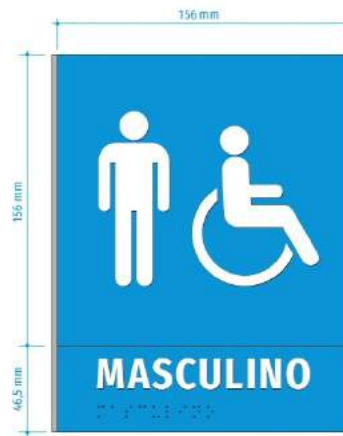


Figura 34 – Modelo de placa de sinalização visual em relevo e *Braille* para identificação de sanitários PcD

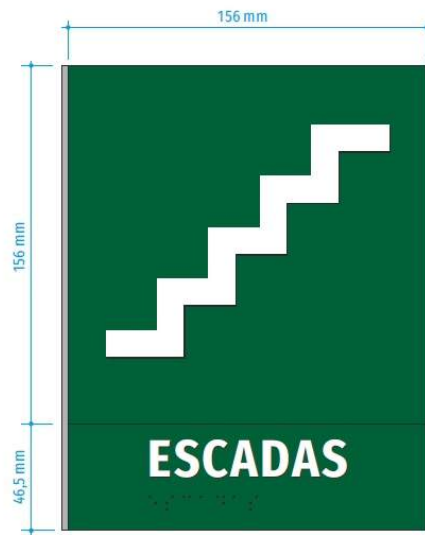


Figura 35 – Modelo de placa de sinalização visual em relevo e *Braille* para identificação de escadas



Figura 36 – Modelo de placa de sinalização visual em relevo e *Braille* para identificação de elevadores

3.3 Aspectos da atualidade e planejamento futuro

Considerada uma instituição nova, em relação às demais IFES, a UFFS promoveu a valorização da acessibilidade arquitetônica desde o início da construção de seus espaços e edificações. A diversidade é uma das grandes forças da instituição e ela está expressa, também, na ampla acessibilidade existente no espaço físico. Atualmente, cada projeto conta com um Registro de Responsabilidade Técnica que identifica o arquiteto responsável pelas adequações de acessibilidade, sendo neste momento, assunto de responsabilidade da servidora e arquiteta Adriana Freitag Migott (CAU/SC A41125-6), que assina este Plano. Todos os projetos técnicos, alvarás de órgãos licenciadores e RRT's estão armazenados nos arquivos físicos e digitais da Secretaria Especial de Obras e podem ser verificados a qualquer tempo.





Figura 37 – Visita técnica aos Laboratórios Didáticos do *Campus* Realeza em fevereiro de 2019

O ano de 2019 marca um momento em que a acessibilidade arquitetônica vem sendo revisitada, no sentido de identificação das demandas ainda não atendidas e planejamento das formas de execução destas adequações. A Figura 37 ilustra um destes momentos, na ocasião em que o corpo técnico da Secretaria esteve presente nos Laboratórios Didáticos do *Campus* Realeza, acompanhados de uma aluna cadeirante, fazendo o levantamento das inconformidades com as normas vigentes e das melhorias que podem ser promovidas além das condições mínimas exigidas por órgãos reguladores.



4 BARREIRAS ENFRENTADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE

A UFFS é uma instituição nova, sua implantação iniciou em 2010, o que se constituiu em importante oportunidade para o fortalecimento da acessibilidade na instituição. Acredita-se que a formação e a capacitação dos servidores que estão iniciando na atividade e as estruturas que ainda estão em implantação, permitem maior proximidade entre servidores e estudantes. Entretanto, isso também possibilita olhar aquilo que precisa ser modificado/enfrentado. Por exemplo:

1. Faltam recursos humanos como: tradutor e intérprete de LIBRAS; servidores com formação na área de Educação Especial, Psicólogos, Psicopedagogos, Pedagogos, Técnico em Assuntos Educacionais;
2. Falta espaço físico adequado para que os Setores de Acessibilidade funcionem de forma qualificada;
3. São poucos os professores que desenvolvem pesquisas na temática;
4. São muitas as dúvidas sobre adaptação e/ou flexibilização curricular; sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência intelectual;
5. Faltam recursos materiais;
6. Falta de consciência por parte da comunidade acadêmica no respeito ao uso do piso tátil e outras questões que envolvem a acessibilidade física;
7. Temos resistência, por parte de alguns docentes, nas adequações metodológicas, didático/pedagógicas e avaliativas;
8. Dificuldades na operacionalização dos fluxos;
9. Demora na readequação da estrutura física dos laboratórios;
10. Resistência de alguns docentes, TAE's e acadêmicos na inclusão da pessoa deficiente no ambiente universitário;
11. Dificuldades relacionadas ao entendimento de que, na Universidade, o estudante tem acesso à educação superior, o que não deve ser confundido com acesso ao exercício profissional.



5 MELHORIAS VISLUMBRADAS PELA UFFS NESTE CONTEXTO

Algumas melhorias que estão sendo implementadas pela UFFS são:

1. Ampliação da estrutura física e de recursos humanos nos Setores de Acessibilidade;
2. Implementação de ações que fortaleçam/qualifiquem o Atendimento Educacional Especializado;
3. Aquisição de equipamentos com tecnologia assistiva;
4. Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática;
5. Ampliação das discussões sobre adaptação e/ou flexibilização curricular;
6. Adequação dos laboratórios;
7. Adequação arquitetônica de todos os espaços do *Campus*;
8. Maior envolvimento de todos – Coordenação de curso, docentes, Coordenação Acadêmica, Pró-reitoria, etc. - nas ações pertinentes ao processo de inclusão na UFFS;
9. Regulamentação interna sobre adequação curricular para estudantes com deficiência.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respalhada nos marcos legais, políticos e pedagógicos, a UFFS quer consolidar os Setores de Acessibilidade e implementar uma Política de Acessibilidade sólida, coesa e atuante que visa assegurar o direito à educação e promover a autonomia e a independência dos estudantes e servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Outra questão importante para o fortalecimento da acessibilidade trata do recebimento do recurso do Programa Incluir. Destaca-se que esse é um recurso muito importante para fomentar e consolidar a Política de Acessibilidade da UFFS. As ações desenvolvidas por meio do recurso de custeio permitem: visitar Núcleos de Acessibilidade em outras Instituições; promover eventos – palestras, seminários, reuniões de trabalho – para sensibilizar a comunidade acadêmica interna e externa sobre a importância da acessibilidade e do respeito para com as diferenças além de participar de eventos nacionais que abordaram a temática e capacitar os servidores que atuam no Núcleo e Setores de Acessibilidade. A Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD, em parceria com os Setores de Acessibilidade dos *campi*, desenvolve um plano de trabalho para executar os recursos e contemplar as demandas mais urgentes.

É importante informar que, apesar de neste relatório o foco ter sido as ações realizadas para garantir acessibilidade aos estudantes, também são garantidas condições necessárias para os servidores com deficiência. Cabe destacar que, em complemento ao Núcleo de Acessibilidade, especificamente aos servidores, existe o Departamento de Atenção à Saúde do Servidor, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que pode auxiliar/apoiar os servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Destaca-se que todas as ações desenvolvidas objetivam minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicais, pedagógicas e atitudinais. No entanto, sabe-se que ainda são muitas as ações a serem desenvolvidas na UFFS a fim de que seja uma universidade para tod@s. Para atingir este objetivo, a Instituição tem se empenhado para promover ações que conscientizem e provoquem inquietações sobre o que está sendo ofertado e desenvolvido em relação à acessibilidade. Assim, entende-se que é importante avaliar o “quanto caminhamos” e para “onde caminhamos”.



7 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050:2015* – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

_____. *NBR 9077: 2001* – Saídas de emergência em edifícios. Elaboração.

_____. *NBR 11785:2018* – Barra antipânico – Requisitos. Rio de Janeiro, 2018.

_____. *NBR 16537:2016* – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Constituição (1989). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Dezembro/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Brasília, DF: Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Brasília, DF: Outubro/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Julho/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 26 ago. 2019.



BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. *Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito*. V.4, Sinalização horizontal, 1ª edição, 128 p.:il. Brasília: Contran, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2008. *Dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas*. Publicada no Diário Oficial da União de 22-12-2008 e republicada no Diário Oficial da União de 23-12-2008.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. Resolução nº 304, de 18 de dezembro de 2008. *Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução Nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2015. *Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS*. Chapecó, SC: Março/2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0004>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil**RRT SIMPLES**
Nº 0000008747794
INICIAL
INDIVIDUAL

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

Documento válido somente se acompanhado do comprovante de pagamento**Lei Nº 12.373, de 31 de dezembro de 2010:**

Art. 47. O RRT será efetuado pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, por intermédio de seu profissional habilitado legalmente no CAU. Art. 48. Não será efetuado RRT sem o prévio recolhimento da Taxa de RRT pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável. Art. 50. A falta do RRT sujeitará o profissional ou a empresa responsável, sem prejuízo da responsabilização pessoal pela violação ética e da obrigatoriedade da paralisação do trabalho até a regularização da situação, à multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor da Taxa de RRT não paga corrigida, a partir da autuação, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido este montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação do pagamento. * O documento definitivo (RRT) sem a necessidade de apresentação do comprovante de pagamento, poderá ser obtido após a identificação do pagamento pela compensação bancária.

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: ADRIANA FREITAG MIGOTT

Registro Nacional: A41125-6

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul

CNPJ: 11.234.780/0001-50

Contrato: s/n

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito público

Celebrado em: 18/09/2019

Data de Início: 18/09/2019

Previsão de término: 18/09/2020

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Endereço: AVENIDA FERNANDO MACHADO - E - ATÉ 489/490

Nº: 108

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: SC CEP: 89802112 Cidade: CHAPECÓ

Coordenadas Geográficas: Latitude: -27.105929999999944

Longitude: -52.616109999999935

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Grupo de Atividade: 5 - ATIVIDADES ESPECIAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO

Subgrupo de Atividade: 5.7 - LAUDO TÉCNICO

Quantidade: 1,00

Unidade: un

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

5. DESCRIÇÃO

Laudo técnico referente ao Plano de Garantia de Acessibilidade Arquitetônica de todos os espaços físicos dos seis Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul.

6. VALOR

Total Pago: R\$ 0,00

Atenção: Este Item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento



7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Chapecó 18 de setembro de 2019
Local Dia Mês Ano

Universidade Federal da Fronteira Sul
CNPJ: 11.234.780/0001-50

ADRIANA FREITAG MIGOTT
CPF: 026.836.829-56

ENG. CIVIL RODRIGO EMMER
Sisp: nº. 1770862 CREA/SC nº. 109826-B
Secretário Especial de Obras
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Brasil****Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
AUTENTICIDADE ELETRÔNICA DE RRT****RRT SIMPLES
0000008747794**

Responsável Técnico: ADRIANA FREITAG MIGOTT

ATIVIDADESAtividade: 5.7 - LAUDO TÉCNICO
Quantidade: 1,00
Unidade: un**CONTRATO**Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul
Valor: R\$ 0,00
Data de início: 18/09/2019
Data de fim: 18/09/2020
Ação institucional:
Observação:**ENDEREÇO DO CONTRATO**AVENIDA FERNANDO MACHADO - E - ATÉ 489/490
Nº: 108
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: SC
CEP: 89802112
Cidade: CHAPECÓ
Latitude: -27.105929999999944
Longitude: -52.616109999999935**PAGAMENTO**Número do boleto: 11053331
Sacado: ADRIANA FREITAG MIGOTT
Situação: Pago
Data de Pagamento: 25/09/2019**Declaramos a autenticidade das informações contidas neste documento registrado no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SICCAU.**